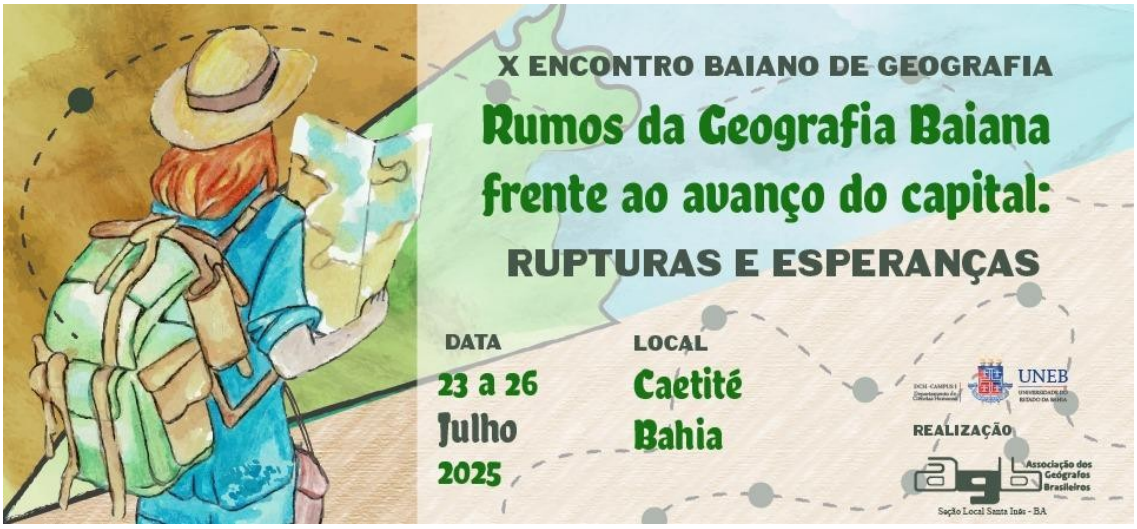

MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: Prática Social do Beiju no Quilombo de Bom Jardim e Monteiro em Caém-Ba

Geovana Nascimento da Silva[1]
Marcos Matheus Andrade Vasconcelos[2]
Geizielle Souza Gomes[3]

Palavras-chave: quilombola; resistência; produção de beiju

INTRODUÇÃO

Ao se falar de quilombos no Brasil, é necessário voltar no tempo, até a invasão portuguesa, quando o território foi inicialmente chamado de Vera Cruz e, em seguida, de Santa Cruz. Posteriormente, em 22 de abril, Pedro Álvares Cabral chegou ao Novo Mundo, avistando uma alta montanha e, logo depois, uma longa extensão de costa (Silva, 1892, p. 196).

A escravidão no Brasil decorre da ‘descoberta’ do país pelos portugueses. Antes da chegada deles, não há registro de relações escravistas de produção nas sociedades indígenas” (Pinsky, 1992). Com o que por muito tempo foi chamado de descobrimento do Brasil e o início da colonização portuguesa, os colonizadores viram a necessidade de mão de obra, afinal, começava ali também a exploração das riquezas naturais do país.

Com o surgimento da necessidade de mão de obra, e ao perceberem que não seria fácil para os colonizadores convencer os indígenas, que já habitavam a região, a trabalhar para eles, iniciou-se o processo de tráfico de escravos da África para o Brasil. Entre 1526 e 1867, aproximadamente cinco milhões de africanos desembarcaram no país (Silva Jr., 2012, p. 181). É importante destacar que, ao serem mencionados na história como 'trazidos', esses escravos não vieram de forma voluntária, mas foram totalmente forçados a deixar seus locais de origem. O tráfico de escravos consistiu na migração forçada de africanos em navios negreiros.

[1] Acadêmica em Geografia, Universidade do Estado da Bahia.
[2] Acadêmico em Geografia, Universidade do Estado da Bahia.
[3] Acadêmica em Geografia, Universidade do Estado da Bahia.

Por meio dos navios negreiros, iniciou-se então o processo escravista no Brasil. Vale ressaltar também que os escravos, oriundos de diferentes regiões e etnias africanas, eram tratados com extrema violência e recebiam pouca alimentação durante o trajeto.

Este trabalho nasce a partir de uma atividade acadêmica do componente curricular Geografia da África que faz parte do currículo do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no campus IV. Utilizando de metodologia qualitativa abordando narrativas e descrições, o trabalho tem por objetivo destacar nas comunidades de Bom Jardim e Monteiro um elemento social significativo desse povo, o beiju, uma tradição introduzida nas comunidades por Dona Licinha. O beiju, além de representar uma prática de sobrevivência, se tornou um símbolo da cultura quilombola e é passado de geração em geração.

QUILOMBOS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Definição de quilombos segundo a consulta do Conselho Ultramarino em 1740:

> Quilombo era, segunda definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (Moura, 1987, P.11)

De modo geral, quilombos eram, e ainda são, o nome dado às comunidades formadas por remanescentes de escravos fugitivos. Esses quilombos eram inicialmente formados por grupos que escapavam do sistema escravista, fugindo das senzalas e das plantações.

Os termos 'quilombo' e 'mocambo', também utilizados para se referir ao agrupamento de escravos fugitivos, têm origem na África Central, onde designavam alojamentos improvisados durante a guerra de captura de escravos.

Diferentemente das demais regiões das Américas, o escravismo no Brasil durou quase quatrocentos anos, mantendo ao longo desse período sua estrutura em praticamente toda a extensão territorial.

Os quilombos, tinham como principal objetivo fugir do sistema escravista e se tornar livres.

> [...]Eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo e, ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres. (Moura, 1987, p.36)

É inevitável falar de quilombos sem mencionar Palmares, a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo, como relata Moura em sua obra *Quilombos: Resistência ao Escravismo*. Moura observa também que não existem documentos escritos dessa época pelos palmarinos, provavelmente porque seguiam a tradição de comunicação oral, responsável pela transmissão da memória coletiva na África.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

As comunidades que aqui serão apresentadas situam-se entre a sede de Caém e a cidade de Jacobina. Caém fez parte do conjunto de localidades de Jacobina desde os seus primórdios, mas foi emancipada e tornou-se independente em 1963.

Costa (1918, p. 277) afirma que 'Bom Jardim é a representação do trabalho agrícola' e que havia povos de quilombos 'quase todos de negros, que se vão paulatinamente mestiçando, parecendo ter origem em algum quilombo ou aldeia de pretos fugidos e que em Bom Jardim se acoitassem' (Costa, 1918, p. 277).

A história de Monteiro/Bom Jardim era contada por Valdelice Benedita dos Santos, conhecida como Dona Licinha, que infelizmente faleceu em 2019. Em alguns relatos de suas netas, elas dizem que Dona Licinha foi uma das primeiras moradoras do local, mas precisou partir devido à seca que ocorreu. Após algum tempo, retornou ao lugar onde vivia anteriormente. As netas também relatam que Dona Licinha não é natural de Monteiro, mas sim do 'França'.

Ao afirmar que Dona Licinha foi uma das primeiras moradoras, é importante destacar que, segundo suas netas, ela relatava a presença de outras pessoas que habitavam o local na época, embora vivessem de forma isolada em meio à mata. Essas pessoas, das quais não há informações até os dias de hoje, são por alguns consideradas indígenas, embora isso não possa ser confirmado.

As netas de Dona Licinha também contam que, após retornar a morar nas localidades citadas, especificamente em Monteiro, ela se deparou com outros povos na região. Dentre esses povos, havia um senhor, cujo nome as netas não se recordam, que possuía uma casa de farinha, onde se fabricava farinha de mandioca.

Dona Licinha começou a trabalhar na casa de farinha, mas não permaneceu ali por um período duradouro. A razão de sua saída do trabalho teria sido a situação precária do local em termos de limpeza. Assim, ela deixou de ser funcionária na casa de farinha e começou a trabalhar em sua própria casa de farinha, onde iniciou a fabricação de beiju na região.

A história das comunidades está interligada à vida de Dona Licinha; portanto, não há como falar das comunidades sem mencioná-la, tendo em mente que Dona Licinha foi um marco para essas localidades. Apesar de tudo que foi apresentado até aqui, basicamente a história de Dona Licinha, é extremamente notório que a história das comunidades permanece vaga e carente de informações. A morte de Dona Licinha levou consigo, de certa forma, a história das comunidades.

O BEIJU COMO EXPRESSÃO CULTURAL E DE SOBREVIVÊNCIA

Como já foi mencionado anteriormente, o beiju foi introduzido nas comunidades de Monteiro e Bom Jardim através de Dona Licinha. A prática da fabricação não ficou restrita apenas a Dona Licinha; seus filhos e netos também a adotaram e começaram a produzir beiju.

Em conversa com a neta de Dona Licinha, Mirian Santos, ela compartilha um pouco sobre os processos de fabricação do beiju. Mirian explica que o processo começa com a mandioca, que é raspada e, em seguida, ralada em um motor. Depois, 'apura-se' a tapioca, separando-a da massa, e 'daí vai para o beiju'.

A Associação Quilombola dos Produtores de Mandioca de Bom Jardim e Monteiro (AQUIBOM), fundada em 2006, recebeu em 2011 duas novas casas de farinha, com novas estruturas e máquinas, aumentando a capacidade de produção e o número de envolvidos.

Sobre as vendas, Mirian menciona que o processo de fabricação dos produtos começa no início da semana: 'daí as vendas começam na quarta e vão até o sábado'. Ela também diz que alguns levam os beijus em seus próprios veículos, aqueles que não têm pagam pelo

transporte até a feira. Já na feira, devidamente embalados em saquinhos, os beijus são vendidos por unidade.

Mirian ressalta que o beiju, além de ser uma tradição cultural, é o meio de sobrevivência da comunidade. Ela explica que o beiju veio dos 'antigos' e é passado de geração em geração, tornando-se, assim, mais do que um meio de sobrevivência; tornou-se uma cultura.

A neta de Dona Licinha conclui sua fala afirmando que o que ela tem feito é continuar a prática do beiju, que começou com sua avó, depois passou para sua mãe e, hoje, é ela quem está no ramo. “E quem sabe mais tarde meu filho, daí vai meu neto, e assim vai passando de geração em geração para que a cultura não morra.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência das comunidades quilombolas no Brasil ao longo da história é inegável, representando uma luta contra o sistema escravista e a busca pela liberdade. Os quilombos, como espaços de refúgio e organização, são testemunhos da força e resiliência do povo negro. Nesse contexto, o beiju assume um significado especial, não apenas como uma prática de sobrevivência alimentar, mas também como um símbolo da cultura quilombola, transmitido oralmente de geração em geração. É essencial valorizar e preservar essa herança cultural para que a memória coletiva das comunidades quilombolas permaneça viva e resistente ao longo do tempo. A pesquisa sobre essas comunidades é fundamental para entendermos a formação da sociedade brasileira e promover a igualdade social e cultural no país.

REFERÊNCIAS

COSTA, Afonso. **Minha terra: Jacobina de antanho e agora.** In: Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador, IGHB, 1918.

Edição No 03 Ano II (2011) - Caderno Temático I: **Cultura e Educação do Campo,** www2.ufrb.edu.br, disponível em: https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/images/edicoes/volume11/artigos/5_SALA_DE_AULA_RELATO_DE_UMA_EXPERI%C3%8ANCIA_VIVENCIADA_PELA_COM__VIDA_EM_COMUNIDADES_QUILOMBOLAS_p%C3%A1gs_38_-_52.pdf. acesso em: 5 dez. 2022.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PINSKY, J. (2015). ***Escravidão no Brasil.*** Editora Contexto. ISBN 8572447806, 9788572447805. 96 páginas.

SILVA, Antonio Arthur Baldaque da. **O descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral.** In: Centenario do descobrimento da America. Memorias da Commissão Portugueza. Volume 6, p. 2. Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892. Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Classe de sciencias moraes.